

A SEMANA – 149

John Gledson

Tendo-se fartado do jogo do bicho, Machado sai do Rio de Janeiro para o Nordeste para estudar a política, sempre com a ressalva irônica de não se interessar por ela, e, portanto, ser ignorante a respeito. Como de costume, a ironia esconde a perspicácia. De fato, vai “desde Aristóteles até às mais recentes ‘publicações a pedido’”; interessa-lhe sobretudo a distância entre teoria e prática diária, e explora o terreno movediço e cheio de perigos entre as duas coisas. Primeiro, são os casos de violência extrema na bandidagem do sertão nordestino, que trata ironicamente, como se fosse religião (conjunção que afluaria novamente em Canudos). Segundo, é o caso da votação para as câmaras baianas. O que choca aqui (pelo menos no nível menos irônico) é o abandono das aparências legais (a apuração dos votos, que levava semanas, não só na Bahia) para uma negociação direta, cínica, e sem conexão alguma com os eleitores.



A SEMANA

7 de abril de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

Não há quem não conheça a minha desafeição à política, e, por dedução, a profunda ignorância que tenho desta arte ou ciência. Nem sequer sei se é arte ou ciência; apenas sei que as opiniões variam a tal respeito. Faltam-me os meios de achar a verdade. Quando era vivo um boticário que tive, lido em matérias especulativas, a tal ponto que me trocava os remédios, recorria a ele comumente, e nunca o apanhei descalço. A razão que o levava a estudar a literatura política, em vez da farmacêutica, não a pude entender nunca, salvo se era o natural pendor do homem, que vai para onde lhe leva o espírito. Já perguntei a mim mesmo se era porque na política haja de tudo, como na botica;¹ mas não acertei com resposta. Deus lhe fale n'alma!²

Depois que ele morreu, se acontece algum caso político em que deva falar, dou-me ao trabalho aspérrimo de ler tudo o que se tem escrito, desde Aristóteles³ até às mais recentes “publicações a pedido”, e acabo sabendo ainda menos que os autores destas publicações. Foi o que me aconteceu esta semana com o caso da Bahia.

Não confundam com outro caso da Bahia, que chamarei especialmente da povoação dos Milagres, onde quatrocentos bandidos, depois de muitas mortes e arrombamentos, destruição de altares e de imagens, levaram o ardor ao ponto de

¹ “Há de tudo como em botica” – é um ditado proverbial, que, segundo João Ribeiro (*Frases feitas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960. p. 160), se explica pela liberdade de substituições nas boticas. Daí vem a palavra “quiproquó”. “O *Quiproquó* era um livro dos boticários ou farmacêuticos onde se enumeravam aos pares os símplices de propriedades mais ou menos equivalentes e que podiam ser substituídos uns pelos outros em caso de necessidade.” Daí vem o sentido de troca de uma coisa ou pessoa por outra muito diversa. Machado tira efeito cômico na troca das literaturas do boticário e na troca de remédios (“me trocava os remédios”).

² “A expressão “Deus lhe fale n'alma” significa “Deus o tenha em glória.” (NASCENTES, Antenor. *Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. p. 97-98)

³ O autor da *Política*.

desenterrar o cadáver de um capitão Canuto⁴ e, depois de o castrarem, arrancaram-lhe uma orelha e a língua, e queimaram o resto.⁵

Pode ser que haja política nesses movimentos, porque os bandidos de verdade não desenterram cadáveres senão para levar as joias, se as têm; mas eu inclino-me antes a crer em algum sentimento religioso. Esses inculcados bandidos são talvez portadores de uma nova fé. A fé abala montanhas: como não há de desenterrar cadáveres, operação muito mais fácil? Não se destroem imagens, não se queimam altares, não se matam famílias inteiras, não se queima um homem morto, senão por algum sentimento superior e forte. A inquisição também queimava gente, mas gente viva, e depois de um processo enfadonhamente comprido, com certos regulamentos, tudo frio e sem alma. Não tinha aquela fúria, aquele desatino, aquela paixão formidável e invencível.

Não trato desses missionários, que talvez sejam os mesmos que andaram há tempos em Canavieiras e várias partes, e mataram há pouco em Santa Quitéria umas cinco pessoas, sem outro suplício além dos aparelhos naturais da morte.⁶ Não conheço o credo novo; os recentes profetas não escrevem nem imprimem nada. Talvez até falem pouco. Os melhores operários são silenciosos. Não trato deles, nem do moço que acaba de morrer, por ação de um bonde elétrico, que é o nosso bandido político ou missionário religioso, com um toque científico, inteiramente estranho aos de Milagres e Canavieiras.⁷ Concordo que o caso de anteontem é triste; não nego que os cocheiros

⁴ Assim na *Gazeta*. Aurélio acrescenta uma vírgula, que nos parece desnecessária.

⁵ Não achei referência nos jornais consultados a este evento, referido no artigo de Mário Ribeiro Matos, “Horácio de Matos e o Capitão Manoel Quirino Matos” no *site* “Usina de Letras”: (<<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=39380&cat=Artigos>>). Diz ele que o capitão Canuto Pereira de Matos foi morto na fazenda Milagres, do seu irmão Clementino, em 10 de fevereiro de 1895, e “tal foi a brutalidade da morte que Canuto foi enterrado e depois desenterrado para ser queimado e reduzido a cinzas em 12.02.1895, pelos jagunços remanescentes do grupo derrotado de José da Volta Grande.” Em *O Paiz* do dia 15 de março (um mês depois), “confirma-se” o assassinato, sem maiores detalhes. Não sei onde Machado encontrou os detalhes tetricos, que verossimilmente são o que lhe atraíram a atenção.

⁶ Os “célebres” clavinoteiros de Canavieiras (sul da Bahia) já apareceram em três crônicas, de 26 de junho de 1892 (10), de 22 de julho de 1894 (112), e de 11 de novembro de 1894 (128). Não achei referência aos eventos de Santa Quitéria (Ceará ou Maranhão?).

⁷ Na *Gazeta* do dia 6 de abril, com a manchete “DESASTRE NOS BONDES”, vinha a seguinte notícia: “Mais uma vítima dos bondes elétricos caiu ontem mutilada e sem vida. / Desta vez foi o jovem acadêmico Carlos Carneiro de Campos Ponce de Leon, de 16 anos de idade (...), quem concorreu para aumentar a estatística já avultada dos mortos por aqueles bondes. / O inditoso moço (...) às 9 horas da manhã ia tomar um dos bondes que compunham o fatídico comboio puxado pelo elétrico n. 117, no cais da Lapa, (...) mas fê-lo com tanta infelicidade, que caiu, sendo colhido pelas rodas do segundo e terceiro carros, que lhe esmagaram horivelmente o crânio e fraturaram o antebraço esquerdo. / Duas circunstâncias explicam esta lamentável desgraça, que consternou quantos a presenciaram e foi encher de dor uma família inteira: a pressa que o jovem Ponce de Leon levava para não perder o bonde e a velocidade em que este ia, o que aliás é muito comum em tais veículos, quando passam naquela rua. (...) / Contra o motorneiro foi lavrado auto de flagrante.”

(com perdão da palavra)⁸ dos bondes elétricos entendem pouco ou nada do ofício; mas a morte de um ou mais homens não vale um problema político.

Outrossim, não quero saber de bichos, que já me enfadam, nem do jogo de flores.⁹ Noutro tempo, este jogo era um divertimento de família; cada pessoa era uma flor, por escolha própria, camélia, sempre-viva, amor-perfeito, violeta, e travavam uma conversação em que as flores nomeadas, se não acudiam em tomar a palavra, pagavam prenda. Tempos bucólicos. Hoje parece que cada flor ou pessoa significa dez tostões. Tempos pecuniários.

Fiquemos no caso da Bahia. Os dois partidos daquele Estado tratam da apuração dos votos eleitorais; mas sendo a situação gravíssima, e conveniente a paz, fazem-se tentativas de conciliação, tendo já entrado nisso o arcebispo, que nada alcançou.¹⁰ A intervenção do prelado e o nenhum efeito dos seus esforços provam que é séria a crise.

Uma das tentativas esteve quase a produzir fruto; foi inútil porque um dos partidos cedia o terço no senado e na câmara dos deputados, solução que o outro partido recusou, exigindo dezoito deputados, maioria e presidência do senado. *Ecco il problema.*

Esse *ceder* um terço, esse *exigir* dezoito deputados, no ato da apuração, juro por todos os santos do céu e por todas as santas da terra, não me entra na cabeça. Virei e revirei o telegrama, confrontei-o com autores antigos e modernos, estudei a república de Platão e outras concepções filosóficas, interroguei os princípios, encarei-os de face e de perfil, passei-os da mão direita para a esquerda, e vice-versa, sem achar em nenhuma gente, por mais grega ou italiana que fosse, um raio de luz que me explicasse a cessão do terço e a exigência dos dezoito.¹¹

Menos difícil problema é o que resulta de outro telegrama da mesma procedência, ontem publicado, em que se dá o número total de votos de um distrito

⁸ Para o uso de “motorneiro” ou “motoreiro” em vez de “cocheiro”, que Machado desaprovava, ver o começo da crônica de 14 de outubro de 1894 (124).

⁹ No dia 12 de abril, *O Paiz* noticia que “o Sr. Chefe da Polícia, em regozijo pela vitória da *Avestruz*, permitiu que fosse reaberto o Boliche Nacional. Quer isto dizer que o Sr. André Cavalcanti franqueou aos apreciadores o jogo das flores, indecência idêntica à do Jardim Zoológico”. Na *Gazeta* de 14 de abril (p. 1), diz-se que o Chefe de Polícia “ainda não [o] autorizou”.

¹⁰ A origem desta parte da crônica está num telegrama da Bahia na *Gazeta* (p. 2) do dia 4 de abril. “O senador Virgílio Damásio em nome dos constitucionais procurou acordo com o partido federal para verificação de poderes. Os federais cederam o terço em ambas as câmaras. / Os constitucionais recusaram, exigindo 18 deputados, maioria e a presidência do senado. Damásio reconheceu boa vontade nos federais e exagero na oposição. / O arcebispo já havia intervindo [*sic*] espontaneamente considerando o acordo impossível devido às pretensões desarrazoadas dos constitucionais.” Outro telegrama no dia 6, do mesmo jornal, lista vários municípios em que o número de votantes excede o número de habitantes. “É assim que se dizem eleitos!” – diz. Neste momento, a política baiana estava nas mãos de uma “desmoralizada politicagem” dos dois partidos mencionados.

¹¹ O Decreto n. 2.675, de outubro de 1875, reformou a legislação eleitoral brasileira, garantindo um terço das vagas no poder legislativo à oposição (ou à minoria). Esse decreto ficou conhecido como “lei do terço”. Daí a expressão “um terço”, que causou tanto estranhamento ao cronista. É pouco provável que ele não conhecesse essa lei. É também verdade que ela parece nunca ter funcionado muito bem.

superior ao da respectiva população;¹² porquanto, se o que eu ouvia em pequeno, deriva de alguma lei biológica, as urnas concebem. Quando era menino, ouvi muita vez afirmar que um grupo de Santa Rita, um eleitor de S. José, um mesário de Sant'Ana, às vezes um simples inspetor de quarteirão de Santo Antônio, punha a urna de esperanças.¹³ Se isto é verdade, não há problema, há um mero fenômeno interessante, digno de estudo, e porventura de saudades.

O primeiro caso, sim, é que é problema escuro e indecifrável. Como entender o que é acordo na apuração de votos, cedendo um terço ou exigindo dezoito deputados? Há presunção em dizer isto, pois que da própria aversão à política nasce a minha falta de entendimento; mas, enfim, é o que sinto. Dizia o meu boticário que, de quando em quando, se devem corrigir os costumes políticos. A carta régia de 1671 ao governador do Rio de Janeiro, recomendando-lhe que “*se não entromettesse nas eleições de sojeitos para o governo da Republica*”,¹⁴ ficou servindo-nos de norma política;¹⁵ mas as normas devem alterar-se para se acudir às necessidades e feições do século. A própria igreja, conservando os seus dogmas, tem variado no que é terreno e perecível. Há práticas boas, justas e úteis em um século, e más ou inúteis em outro. Era uma das pílulas que me aplicava o meu defunto amigo.



¹² Na crônica de 4 de março de 1894 (93) exemplifica-se como isto podia acontecer: as listas não eram atualizadas, e muitos mortos eram chamados à mesa de votação.

¹³ Isto é, deixava a urna grávida, cheia de cédulas ou votos. Antenor Nascentes (*Tesouro da fraseologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. p.117) dá: “*Andar ou estar de esperanças. Achar-se grávida.*”

¹⁴ Na *Gazeta*, esqueceram-se de fechar estas aspas. Aurélio corrigiu.

¹⁵ Carta régia é documento assinado pelo rei, com ordens diretas para uma autoridade qualquer. Há registro desta carta régia no *Catalogo das cartas regias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821 existentes no ARCHIVO PUBLICO DO IMPERIO* [1886 – data do primeiro texto (prefácio?)], onde se lê: “1671 / Fevereiro 26 / **C. R.** prohibindo aos Governadores, e officiaes da Fazenda e Guerra que se intromettessem nas eleições da Camara, e que nomeassem os thesoueiros dellas nos lançamentos dos donativos, obrigando-se a Camara a remetter annualmente esses donativos.”